

Instituto Nacional do Seguro Social

INSS



Concurso Público

Nível Superior

**ANALISTA DO SEGURO SOCIAL
COM FORMAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL,
MECÂNICA OU ELÉTRICA COM ESPECIALIZAÇÃO
EM SEGURANÇA DO TRABALHO**

Caderno **K**

Cargo

9

Aplicação: 16/3/2008

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo do caderno — **Caderno K** — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **cento e cinquenta itens**, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A saúde é direito de todos e dever do Estado.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **17/3/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) — Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/inss2007.
- II **18 e 19/3/2008** — Recursos (gabaritos das provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **4/4/2008** — Divulgação do resultado final do concurso: www.cespe.unb.br/concursos/inss2007 e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - INSS, de 26 de dezembro de 2007.

Informações adicionais:

- Telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/inss2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Tempo livre

1 A questão do tempo livre — o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece
o seu desenvolvimento — não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente
— aliás, antes se dizia ócio, e este era privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente
4 distinto e muito mais grato —, opõe-se a outra: à de tempo não-livre, aquele que é preenchido pelo trabalho
e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado de fora.

O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Essa oposição, a relação em que ela se apresenta,
7 imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da
situação geral da sociedade. Mas esta, agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Decerto, não
se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus papéis sociais. Em uma época de
10 integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do
determinado pelas funções. Isso pesa muito sobre a questão do tempo livre. Mesmo onde o encantamento
se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, isso ainda
13 significa que essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho.

A indagação adequada ao fenômeno do tempo livre seria, hoje, esta: “Com o aumento da
produtividade no trabalho, mas persistindo as condições de não-liberdade, isto é, sob relações de produção
16 em que as pessoas nascem inseridas e que, hoje como antes, lhes prescrevem as regras de sua existência, o
que ocorre com o tempo livre?” Se se cuidasse de responder à questão sem asserções ideológicas,
tornar-se-ia imperiosa a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito,
19 tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas
não-livres como a sua não-liberdade em si mesma.

T. W. Adorno. *Palavras e sinais, modelos críticos 2*. Maria Helena Ruschel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82 (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os próximos itens.

- 1 Como, de acordo com o texto, as características essenciais ao “tempo livre” se baseiam na oposição entre este e o “tempo não-livre”, é correto concluir que as formas de uso do “tempo livre” serão as mesmas em qualquer época.
- 2 Conclui-se da leitura do texto que tanto o “tempo não-livre” quanto o “tempo livre” são condicionados pela sociedade.
- 3 Do primeiro parágrafo do texto, depreende-se que a idéia de tempo livre, isto é, a de tempo não ocupado pelo trabalho, não é nova.
- 4 Nas linhas de 1 a 6, nos trechos em que se afirma que “tempo livre” opõe-se a “tempo não-livre” e que “tempo livre é acorrentado ao seu oposto”, a justaposição de idéias contrárias entre si fragiliza a coerência textual e impossibilita a definição do conceito de “tempo livre”.
- 5 Na linha 11, o termo “encantamento” faz referência ao poder exercido pela sociedade sobre as pessoas.
- 6 A diferença existente entre “tempo livre” e “tempo não-livre” é a mesma que distingue as pessoas que estão “convictas de que agem por vontade própria” (l.12) daquelas “pessoas não-livres” (l.19-20) que desconhecem a “sua não-liberdade em si mesma” (l.20).

Em busca do tempo (livre) perdido

1 Tempo é sinônimo de dinheiro desde que a
Revolução Industrial mudou para sempre os meios de
produção. O resultado acabou sendo, de certa forma, nefasto
4 para o trabalhador. Hoje se passam horas demais no ambiente
de trabalho e horas de menos com a família. Até as férias
foram minguando. “O excesso de trabalho é um fenômeno
7 global. O mercado global e a tecnologia de comunicação
instantânea fizeram do trabalhador um escravo do relógio.
E nós nos tornamos escravos dessa tecnologia. É importante
10 colocar limites, caso contrário, o trabalho dominará nossas
vidas”, diz Joe Robinson, autor do livro **Trabalhar para
Viver**. Em todo o mundo, uma série de organizações tem
13 buscado colocar a redução e a flexibilização do horário de
trabalho e o aumento do período de férias na pauta política de
seus países. “Nos Estados Unidos, temos as menores férias do
16 mundo industrializado: 8,1 dias depois de um ano de trabalho
e 10 dias depois de três anos”, acrescenta Robinson.

Galileu, out./2005 (com adaptações).

Considerando o desenvolvimento das idéias e as estruturas
lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 7 Na oração “O resultado acabou sendo, de certa forma, nefasto
para o trabalhador” (ℓ.3-4), a retirada da expressão “para o
trabalhador”, que complementa o vocábulo “nefasto”, não
alteraria as relações semânticas do texto, visto que o emprego
desse vocábulo é suficiente para que se compreendam as
informações relativas ao “resultado” referido no trecho.
- 8 Considerando-se que uma das funções semânticas do verbo
ser é explicitar uma relação de igualdade entre termos, a
oração “O excesso de trabalho é um fenômeno global” (ℓ.6-7)
poderia, preservando-se as relações significativas, a coerência
da argumentação e a correção gramatical do texto, ser reescrita
da seguinte forma: O fenômeno global é excesso de trabalho.
- 9 No desenvolvimento da argumentação, o emprego de “Até”
(ℓ.5) enfatiza que o tempo para outras atividades, além das
citadas, foi diminuindo, exceto o tempo para o trabalho.

A respeito da redação de correspondências oficiais, julgue o
próximo item.

- 10 Caso uma servidora pública aposentada pretenda ingressar
com requerimento de revisão do processo de sua
aposentadoria no departamento de recursos humanos do órgão
em que trabalhou e, por estar impossibilitada de fazê-lo
pessoalmente, queira nomear pessoa de sua confiança para
representá-la, junto àquele departamento, nos atos que se
façam necessários à referida solicitação, a servidora deverá
redigir uma declaração, nomeando a pessoa escolhida, para
que esta possa representá-la nos citados atos.

Com base na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 11 É vedado a chefe de repartição pública, em qualquer
situação, cometer a outro servidor atribuições estranhas
ao cargo que ocupa.
- 12 De acordo com essa lei, é vedado ao servidor público
recusar fé a documento público.
- 13 Prescreve em dois anos a ação disciplinar de suspensão,
contados a partir da data em que o fato se tornou
conhecido.
- 14 Se, depois de aprovado em concurso público, um cidadão
for nomeado para cargo no serviço público e falecer antes
de tomar posse, sua esposa terá direito a pensão junto ao
INSS, direito este que, na situação considerada,
consubstancia-se independentemente da posse.
- 15 Considere que Esmeralda, servidora pública, que solicitou
licença não-remunerada para cuidar de sua mãe enferma,
permaneceu nessa condição por cerca de um ano.
Posteriormente, ao retirar sua certidão de tempo de serviço,
observou que o referido período de licença não havia sido
contabilizado e entrou com um pedido de revisão. Nessa
situação, o pedido de Esmeralda deverá ser negado, pois
licença para tratamento de saúde de pessoa da família do
servidor somente é contada para efeito de aposentadoria se
for remunerada.

Texto para os itens de 16 a 20

Proposições são sentenças que podem ser julgadas
como verdadeiras — V — ou falsas — F —, mas não como
ambas. Se P e Q são proposições, então a proposição “Se P
então Q”, denotada por $P \rightarrow Q$, terá valor lógico F quando P for
V e Q for F, e, nos demais casos, será V. Uma expressão da
forma $\neg P$, a negação da proposição P, terá valores lógicos
contrários aos de P. $P \vee Q$, lida como “P ou Q”, terá valor lógico
F quando P e Q forem, ambas, F; nos demais casos, será V.

Considere as proposições simples e compostas apresentadas
abaixo, denotadas por A, B e C, que podem ou não estar de
acordo com o artigo 5.º da Constituição Federal.

- A: A prática do racismo é crime afiançável.
- B: A defesa do consumidor deve ser promovida pelo
Estado.
- C: Todo cidadão estrangeiro que cometer crime político
em território brasileiro será extraditado.

De acordo com as valorações V ou F atribuídas corretamente às
proposições A, B e C, a partir da Constituição Federal, julgue
os itens a seguir.

- 16 Para a simbolização apresentada acima e seus
correspondentes valores lógicos, a proposição $B \rightarrow C$ é V.
- 17 De acordo com a notação apresentada acima, é correto
afirmar que a proposição $(\neg A) \vee (\neg C)$ tem valor lógico F.

Roberta, Rejane e Renata são servidoras de um mesmo órgão público do Poder Executivo Federal. Em um treinamento, ao lidar com certa situação, observou-se que cada uma delas tomou uma das seguintes atitudes:

- A₁: deixou de utilizar avanços técnicos e científicos que estavam ao seu alcance;
- A₂: alterou texto de documento oficial que deveria apenas ser encaminhado para providências;
- A₃: buscou evitar situações procrastinatórias.

Cada uma dessas atitudes, que pode ou não estar de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (CEP), foi tomada por exatamente uma das servidoras. Além disso, sabe-se que a servidora Renata tomou a atitude A₃ e que a servidora Roberta não tomou a atitude A₁. Essas informações estão contempladas na tabela a seguir, em que cada célula, correspondente ao cruzamento de uma linha com uma coluna, foi preenchida com V (verdadeiro) no caso de a servidora listada na linha ter tomado a atitude representada na coluna, ou com F (falso), caso contrário.

	A ₁	A ₂	A ₃
Roberta	F		
Rejane			
Renata			V

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 18 A atitude adotada por Roberta ao lidar com documento oficial fere o CEP.
- 19 A atitude adotada por Rejane está de acordo com o CEP e é especialmente adequada diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços.
- 20 Se P for a proposição “Rejane alterou texto de documento oficial que deveria apenas ser encaminhado para providências” e Q for a proposição “Renata buscou evitar situações procrastinatórias”, então a proposição P→Q tem valor lógico V.

Acerca do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os próximos itens.

- 21 O código de ética se caracteriza como decreto autônomo no que concerne à lealdade à instituição a que o indivíduo serve.
- 22 Órgãos que exercem atribuições delegadas do poder público devem criar comissões de ética.
- 23 Age de modo equivocado o servidor público que, ao reunir documentos para fundamentar seu pedido de promoção, solicita a seu chefe uma declaração que ateste a lisura de sua conduta profissional. O equívoco refere-se ao fato de que, nessa situação, o pedido deveria ser feito não ao chefe, mas à comissão de ética, que tem a incumbência de fornecer registros acerca da conduta ética de servidor para instruir sua promoção.
- 24 Na estrutura da administração, os integrantes de comissão de ética pública têm cargo equivalente ao de ministro de Estado no que se refere a hierarquia e remuneração.
- 25 Caso um servidor público tenha cometido pequenos deslizes de conduta comprovados por comissão de sindicância que recomende a pena de censura, o relatório da comissão de sindicância deve ser encaminhado para a comissão de ética, pois é esta que tem competência para aplicar tal pena ao servidor.

Em relação à seguridade social brasileira, sua organização e seus princípios, julgue os seguintes itens.

- 26 A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, a lei poderá instituir outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.
- 27 O princípio da distributividade na prestação de benefícios e serviços tem sua expressão maior na área de saúde, dado o amplo alcance conferido pela intensa utilização do Sistema Único de Saúde.
- 28 As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constitui um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- 29 De acordo com o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, uma das condições para a aposentadoria por idade do trabalhador rural é a exigência de que atinja 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher.

Julgue os itens a seguir, relacionados à seguridade social brasileira, suas perspectivas e desafios.

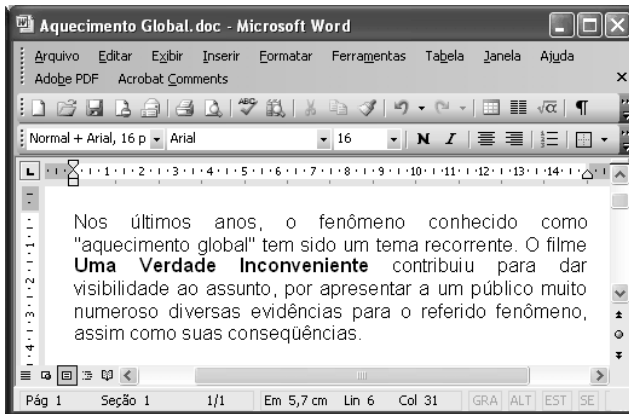
- 30 Uma das causas da rápida alteração do perfil demográfico brasileiro é a melhoria das condições de saúde e dos índices de qualidade de vida, assim como a diminuição da mortalidade infantil, o que determina maior longevidade. Esses fatores não influenciam o sistema previdenciário brasileiro, haja vista sua organização em um sistema solidário, embasado em regime financeiro de repartição.
- 31 As técnicas de financiamento dos gastos previdenciários podem ser classificadas em regime de repartição simples (benefício definido), regime de capitalização (contribuição definida) e regime de repartição de capitais.
- 32 O trabalho informal é fenômeno evidente nas grandes metrópoles brasileiras e a inserção previdenciária das pessoas nessa situação é um dos fatores que desequilibram as contas da previdência social.
- 33 A Lei n.º 9.876/1999, ao restringir a concessão de aposentadorias com a aplicação do fator previdenciário, pode ter contribuído para o aumento de requerimentos de benefícios por incapacidade. Corroborando essa conclusão a evolução da quantidade de pedidos de auxílio-doença, que, no período de 1993 a 1999, manteve-se nos níveis históricos e, a partir de 2000, cresceu sensivelmente.

Considerando que um servidor do INSS necessite preparar uma apresentação utilizando computador e projetor multimídia, julgue o item abaixo.


- 34 O aplicativo PowerPoint 2003 pode ser utilizado para a preparação da referida apresentação, visto que esse *software* possui funcionalidades que auxiliam na preparação e na apresentação de palestras, além de ter funcionalidades que permitem a inclusão, na apresentação multimídia, de diversos efeitos visuais e sonoros.

Com relação ao Excel 2003, julgue o item a seguir.

- 35 Considere que, em uma planilha do Excel 2003, as células C2, C3 e C4 contêm, respectivamente, os números 238, 285 e 251, referentes a pagamentos de contas de luz de um usuário em três meses sucessivos. Nessa situação, para se calcular a média aritmética dos três valores e apresentar o resultado na célula C5, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula C5, digitar = (C2 + C3 + C4)/3 e, em seguida, teclar Enter.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição, julgue os itens abaixo.

- 36 O ato de aplicar um clique simples entre a letra “s” da palavra “anos” e a vírgula à direita dessa palavra e, a seguir, acionar a tecla Backspace inserirá erro de concordância no texto mostrado.
- 37 Para se iniciar automaticamente o Internet Explorer e procurar, na Internet, informações sobre o filme **Uma Verdade Inconveniente**, referido acima, é suficiente selecionar esse título no texto e, a seguir, clicar .

Considerando a situação hipotética em que João deseja enviar a José e a Mário uma mensagem de correio eletrônico por meio do Outlook Express, julgue o item abaixo.

- 38 Caso João, antes de enviar a mensagem, inclua, no campo CC: do aplicativo usado para o envio da mensagem, o endereço de correio eletrônico de Mário, e, no campo Para:, o endereço eletrônico de José, então José e Mário receberão uma cópia da mensagem enviada por João, mas José não terá como saber que Mário recebeu uma cópia dessa mensagem.

Texto para os itens de 39 a 43

Entre os 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos de idade domiciliados nas cidades brasileiras, 21,8% têm o curso fundamental incompleto e 2,4% são formalmente analfabetos, o que faz pensar em quantos o serão de fato. A incidência do analfabetismo e da evasão escolar difere entre estados e regiões. Esses jovens excluídos aparecem em maior proporção (35%) no Nordeste e menor (18%) no Sudeste.

Esse quadro tem causas mais profundas do que as imaginadas pelo senso comum. A necessidade de trabalhar e sustentar a família é o caso de 17% do 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos de idade que abandonaram os estudos; 44% dos que não estudam mais nessa faixa de idade também não trabalham. Ao justificar a razão pela qual abandonaram a escola, quatro em cada dez jovens disseram ter perdido o interesse ou a convicção de que a escolaridade os ajudaria a conquistar um bom emprego. Mesmo a gravidez entre adolescentes é vista como um elemento que dificulta a volta à escola, e não propriamente como a causa de abandono.

Folha de S.Paulo, 26/1/2008, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 39 Depreende-se do texto que a universalização do acesso ao ensino fundamental, já praticamente conquistada pelo Brasil, não assegura, por si só, a permanência do aluno na escola nem garante o desempenho satisfatório em sua trajetória escolar.
- 40 Infere-se do texto que, com crescente intensidade, consolida-se, entre as camadas mais simples da população brasileira, a crença na educação como o meio lícito mais eficiente para se alcançar uma vida melhor, inclusive em termos materiais.

Com base nos dados apresentados no texto, julgue os itens a seguir.

- 41 Para além das conhecidas assimetrias no campo econômico, o texto indica que também na área educacional reproduz-se o quadro de desigualdade que acompanha a experiência histórica brasileira, inclusive, em termos regionais.
- 42 Os dados citados no texto comprovam ser a gravidez precoce o fator determinante e essencial para que adolescentes brasileiras engrossem as fileiras da evasão escolar, sobretudo no ensino médio.
- 43 Os números apresentados no texto reiteram a visão consensual de que a necessidade de trabalhar, inclusive para auxiliar na manutenção da família, é a razão preponderante para que os adolescentes e jovens brasileiros não permaneçam na escola.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação previdenciária brasileira.

- 44 Pedro trabalha em empresa que, anualmente, paga a seus empregados participação nos lucros, de acordo com lei específica. Em fevereiro de 2008, Pedro recebeu, por participação nos lucros de sua empresa referentes ao ano que passou, o equivalente a 10% de sua remuneração no mês de dezembro de 2007, incluindo 13.º salário e férias. Nessa situação, o montante recebido a título de participação nos lucros integrará a base de cálculo do salário-de-contribuição de Pedro, deduzidos os valores referentes a 13.º salário e férias.
- 45 Germano, segurado especial do regime geral, contribui para o sistema na proporção do resultado da comercialização de sua produção. Nessa situação, Germano somente terá direito à aposentadoria por contribuição caso promova, pelo prazo legal, os devidos recolhimentos na qualidade de contribuinte individual.
- 46 Regina é servidora pública, titular de cargo efetivo municipal. Nessa situação, caso deseje melhorar sua renda quando chegar o momento de se aposentar, Regina poderá filiar-se ao regime geral da previdência social.
- 47 Sérgio, segurado aposentado do regime geral, voltou à atividade depois de conseguir um emprego de vendedor, tendo passado a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso sofra acidente de qualquer natureza e fique afastado do trabalho, Sérgio deverá receber auxílio-doença.
- 48 Para fins de obtenção de salário-maternidade, Lúcia, segurada especial, comprovou o exercício de atividade rural, de forma descontínua, nos dez meses anteriores ao início do benefício. Nessa situação, Lúcia tem direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo.
- 49 Antônio, segurado aposentado do regime geral, retornou ao trabalho, visto que pretendia aumentar seus rendimentos mensais. Trabalhando como vendedor, passou a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso seja demitido injustamente do novo emprego, Antônio fará jus ao recebimento do seguro-desemprego cumulativamente à sua aposentadoria.
- 50 Lucas é beneficiário de aposentadoria especial em razão de ter trabalhado exposto a agentes nocivos durante um período que, de acordo com a lei pertinente, lhe garantiu o referido direito. Nessa situação, as despesas relativas ao pagamento da aposentadoria de Lucas devem ser custeadas com recursos arrecadados pela cobrança do seguro de acidente de trabalho.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

distribuição percentual da
população brasileira por faixa etária

faixa etária	2007	2050*
0 a 14 anos	27,5	17,7
15 a 24 anos	18,3	12,6
15 a 64 anos	66,1	63,5
60 anos ou mais	9,0	24,7
70 anos ou mais	4,0	13,2
80 anos ou mais	1,2	5,3

*estimativa

Fonte: IBGE

RASCUNHO

De acordo com dados do IBGE, em 2007, 6,4% da população brasileira tinha 65 anos de idade ou mais e, em 2050, essa parcela, que constitui o grupo de idosos, corresponderá a 18,8% da população. Com base nessas informações e nas apresentadas na tabela acima, julgue os itens seguintes.

- 51 Segundo o IBGE, em 2007, para cada idoso com 65 anos de idade ou mais, havia, em média, pelo menos, quatro crianças de 0 a 14 anos de idade. Em 2050, para cada idoso com 65 anos de idade ou mais, haverá, em média, no máximo, uma criança de 0 a 14 anos de idade.
- 52 Se, em 2050, três pessoas da população brasileira forem escolhidas ao acaso, a probabilidade de todas elas terem até 59 anos de idade é inferior a 0,4.
- 53 Considere-se que, em 2050, serão aleatoriamente selecionados três indivíduos, um após o outro, do grupo de pessoas que compõem a parcela da população brasileira com 15 anos de idade ou mais. Nessa situação, a probabilidade de que apenas o terceiro indivíduo escolhido tenha pelo menos 65 anos de idade será superior a 0,5 e inferior a 0,6.
- 54 Considere-se que os anos de idade estejam distribuídos de forma equiprovável na faixa de 15 a 18 anos. Nessa situação, a média e a mediana das idades nessa faixa serão ambas iguais a 16,5 anos.
- 55 A média de idade projetada para o ano 2050, no que se refere às pessoas em idade potencialmente ativa para o trabalho, é superior a 39,5 anos.

Julgue os itens seguintes, acerca de taxas de juros.

- 56 A taxa mensal de juros compostos que equivale à taxa semestral de juros compostos de 10% é dada por $[1,1^{\frac{1}{6}} - 1] \times 12$.
- 57 Se, em determinado ano, a inflação for igual a 20%, será mais atraente para um investidor fazer suas aplicações à taxa real de 10% do que à taxa aparente de 30%.

Com relação a orçamento público, julgue os itens subseqüentes.

- 58** A chamada regra de ouro na Lei de Responsabilidade Fiscal, que já estava estabelecida na Constituição Federal, tem como finalidade limitar o endividamento dos entes da Federação, de modo que só possam ser contraídas novas dívidas se o seu produto financiar investimentos, isto é, se forem destinadas à reposição ou ao aumento dos ativos do respectivo ente.
- 59** De acordo com as classificações orçamentárias, o programa, que constitui o elo entre o plano plurianual e os orçamentos anuais, corresponde à articulação de um conjunto de ações, cujo resultado esperado é expresso por indicadores que permitem avaliar o desempenho da administração.
- 60** A tradicional classificação da despesa pública por elementos é um critério embasado no objeto do dispêndio. Com a adoção do orçamento-programa, a ênfase em sua concepção é transferida dos meios para os fins, priorizando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

Julgue os próximos itens, relativos a licitação.

- 61** Considere que a administração tenha anulado licitação durante a execução do respectivo contrato administrativo. Nessa situação, há dever de indenizar o contratado na parte do contrato que este já houver executado.
- 62** Suponha que a União pretenda contratar organização social para o desenvolvimento de atividades contempladas em contrato de gestão. Nesse caso, haverá inexigibilidade de licitação.
- 63** Em razão de o INSS ser autarquia especial de intervenção no domínio econômico, nos aspectos de ingerência no setor privado, ele não se submeterá a procedimentos licitatórios.

O instituto de previdência privada IPP paga, no início de cada mês, a cada um de seus segurados, um auxílio — que pode ser auxílio-doença ou auxílio-maternidade — no valor de R\$ 500,00. Também no início de cada mês, o IPP concede 800 novos auxílios-doença e uma quantidade constante x de auxílios-maternidade. Para o pagamento desses auxílios, o IPP recorre a uma instituição financeira, tomando empréstimos à taxa de juros simples de 2,5% ao mês.

Com referência aos meses de janeiro, fevereiro e março do último ano, o IPP pagou R\$ 90.000,00 de juros à instituição financeira por conta dos empréstimos para pagamento desses novos auxílios.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 64** A taxa de juros simples anual proporcional à taxa de juros cobrada pela referida instituição financeira é igual a 25%.
- 65** Com referência aos 3 meses considerados, a soma dos novos auxílios-doença pagos pelo IPP foi inferior a R\$ 2.000.000,00.
- 66** Com referência aos 3 meses considerados, o IPP destinou mais de R\$ 1.200.000,00 para pagar os novos auxílios-maternidade.

Julgue os próximos itens, relativos à seguridade social.

- 67** Considere-se que técnicos da secretaria de fazenda de determinado estado estejam preparando o orçamento para o próximo ano e peçam a José Carlos que elabore proposta para gastos em programas voltados para a promoção social. Considere ainda que José Carlos calcule que o estado deva aplicar R\$ 500.000,00 em programas desse tipo, correspondentes à parcela, estipulada em lei, da receita tributária líquida, estimada em R\$ 100 milhões. Nesse caso, a proposta de José Carlos é correta, pois os estados devem vincular 0,5% de sua receita tributária líquida a programas de apoio à inclusão e promoção social.
- 68** Considere que Marília, aposentada, e Lucília, pensionista do INSS, faziam planos para visitar familiares durante o mês de janeiro e, para avaliar sua disponibilidade de recursos financeiros, resolveram tomar a média dos valores dos benefícios que receberam durante o ano para calcular o valor da gratificação natalina que iriam receber. Nessa situação, Marília e Lucília escolheram um procedimento de cálculo errado, pois a gratificação natalina de aposentados e pensionistas tem por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
- 69** A seguridade social tem como objetivo o caráter democrático descentralizado da administração mediante gestão quadripartite, que envolve aposentados, trabalhadores, empregadores e representantes do governo nos órgãos colegiados.

Em relação a direitos políticos, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 70** Jean Carlos nasceu na França, filho de pai brasileiro e mãe francesa, e, durante muitos anos, teve dupla cidadania. Em determinado momento, resolveu adotar unicamente a cidadania francesa e, para tanto, abriu mão da nacionalidade brasileira. Entretanto, atualmente, tendo resolvido voltar a viver no Brasil, Jean Carlos pretende candidatar-se a cargo eletivo. Nessa situação, ele não poderá fazê-lo, pois a perda da nacionalidade brasileira em razão da opção manifestada pelo indivíduo para aquisição da nacionalidade francesa traz como consequência a extinção dos direitos políticos no Brasil.
- 71** Antônio, servidor público, foi condenado por improbidade administrativa em decorrência de ato ilícito praticado no órgão em que estava lotado. Logo após a sentença transitada em julgado, Antônio candidatou-se a deputado estadual. Nessa situação, a candidatura de Antônio pode ser impugnada pois a condenação por improbidade administrativa implica suspensão temporária dos direitos políticos.
- 72** Um grupo que reúne lideranças comunitárias, empresários, estudantes e sindicalistas decidiu fundar partido político com atuação nacional. Concluída a elaboração dos documentos iniciais, representantes desse grupo dirigiram-se ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de registrar os estatutos da nova agremiação para a organização dos diretórios regionais. Nessa situação, o registro no TSE ainda não pode ser efetivado, pois, de acordo com a Constituição Federal, o partido deve, primeiro, adquirir personalidade jurídica, no caso, de direito público.

Em 2007, Lúcio requereu aposentadoria por tempo de serviço perante o INSS por ter atingido a idade mínima exigida para o benefício e 35 anos de contribuição. O INSS indeferiu o requerimento porque não considerou o período trabalhado em XY Comércio Ltda., tempo de serviço reconhecido e anotado na carteira de trabalho de Lúcio por força de sentença trabalhista transitada em julgado. Ante tal indeferimento, o trabalhador solicitou ao INSS cópia do processo administrativo em que constava o indeferimento ou certidão circunstanciada de inteiro teor do processo, mas o servidor que o atendeu recusou-se a lhe fornecer a documentação solicitada.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 73** É direito de Lúcio o recebimento da certidão, que deve retratar fielmente os fatos ocorridos no processo de requerimento de aposentadoria.
- 74** Na hipótese em questão, Lúcio poderá impetrar mandado de segurança para obter a certidão.
- 75** Na situação descrita, Lúcio poderia ter seu pedido de aposentadoria atendido caso não obtivesse resposta nos 30 dias subsequentes ao requerimento, pois a omissão do INSS em responder a pleito de aposentadoria em período superior a 30 dias implica o deferimento da pretensão.

Com base nos conceitos gerais e no histórico da administração, julgue o item abaixo.

- 76** Os modelos de administração, organização e sociedade que emergiram da Revolução Industrial tiveram Marx como um de seus principais críticos, o qual exerceu forte influência sobre sindicatos e partidos políticos. Entre outros aspectos, Marx propunha, em contraposição ao poder dos capitalistas sobre o Estado, um modelo alternativo de gestão embasado na propriedade coletiva dos meios de produção.

A respeito de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 77** A presunção de legitimidade do ato administrativo implica que cabe ao administrado o ônus da prova para desconstituir o referido ato.
- 78** O ato discricionário pode ser motivado após a sua edição.
- 79** O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo violador do princípio da legalidade administrativa.

A respeito de administração financeira, julgue o próximo item.

- 80** As decisões financeiras inerentes à atividade de uma empresa — de captação e aplicação de recursos — são interdependentes, pois a viabilidade dos negócios a longo prazo tem de assegurar aos capitais investidos na empresa remuneração superior ao retorno esperado pelos investimentos que ela realiza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um incêndio está ocorrendo na cozinha de um restaurante situado no segundo andar de um prédio de doze andares. O edifício conta com os seguintes sistemas de proteção contra incêndios: extintores portáteis, hidrantes e chuveiros automáticos (*sprinkles*). Além disso, há, no prédio, uma brigada de incêndio.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir, acerca de prevenção e combate a incêndios.

- 81** A brigada de incêndio do prédio deve acionar o sistema de chuveiros automáticos para evitar que o fogo se propague rapidamente.
- 82** A brigada de incêndio deve, primeiramente, tentar combater o fogo e, somente caso não consiga extinguir o incêndio, deve acionar o Corpo de Bombeiros Militar.
- 83** Um sistema de detecção e alarme no edifício evitaria a ignição do fogo e, conseqüentemente, a propagação do incêndio.
- 84** O sistema de hidrantes possibilita o acionamento simultâneo de, no máximo, dois hidrantes.
- 85** O acionamento dos hidrantes no combate ao fogo baseia-se no princípio do resfriamento para apagar as chamas.
- 86** Caso o fogo esteja bloqueando o acesso a um hidrante, o sistema deve prever que outro hidrante seja capaz de combater o fogo naquele local.
- 87** O fato de o restaurante utilizar gás liquefeito de petróleo (GLP) para preparar as refeições faz supor que o fogo pertença à classe B, devendo-se, então, utilizar pó químico seco em seu combate.
- 88** Caso o incêndio atinja fornos elétricos que estejam em funcionamento, o fogo passa a pertencer à classe C e a água não deve ser utilizada em seu combate.
- 89** O Corpo de Bombeiros Militar tem como prioridade o combate ao fogo. A evacuação do prédio e o isolamento da área são responsabilidades exclusivas da Polícia Militar.

Conforme o artigo 2.º da Lei n.º 6.367/1976, um acidente será considerado acidente do trabalho quando ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Em relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 90** Para que seja considerado acidente de trabalho, é necessário que exista um nexos causal entre o trabalho e o efeito do acidente.
- 91** Doença profissional típica é aquela em que não há nexos causal presumido em lei, ou seja, não tem relação com a atividade que o empregado desempenha, sendo reconhecida pela previdência social somente após a realização de perícia.

92 Em caso de incapacidade total e temporária, o auxílio-doença acidentário é garantido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos.

93 Em caso de incapacidade parcial e permanente, o auxílio-acidente é garantido ao segurado a partir do dia seguinte após a cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

94 A aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho é equivalente a 100% do salário-de-benefício e seu pagamento cessará com o retorno voluntário do aposentado ao trabalho.

A International Standard Organization (ISO), estabelecida em 1947, é uma federação mundial de organismos nacionais de normalização. A diretriz *Specification for Occupational Health and Safety Management Systems* (OHSAS 18001), por sua vez, embora ainda não pertença ao sistema de normas internacionais ISO, foi desenvolvida para ser compatível com as demais normas de sistemas de gestão (ISO 9000 e ISO 14000), de forma a facilitar a integração dos sistemas de gestão da qualidade, do meio ambiente e da segurança e saúde no trabalho. Em relação a sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho (SGSST), julgue os itens a seguir.

95 O sistema de gestão da OHSAS 18001 baseia-se nos princípios do ciclo de PDCA (do inglês *Plan, Do, Check and Act*), que estabelece as fases de planejamento, execução (implementação), avaliação (verificação) e ação (corretiva).

96 Um SGSST deve manter planos para o atendimento à emergência, de forma a serem evitadas ou minimizadas lesões aos trabalhadores, contratados, visitantes e público em geral.

97 Um SGSST deve manter um programa de auditorias periódicas, conduzidas por equipe independente, composta, necessariamente, por membros externos à organização.

98 Um SGSST deve estabelecer procedimentos para a investigação de acidentes, incidentes e não-conformidades.

99 A política de segurança e saúde ocupacional de uma empresa deve ser definida pela delegacia regional do trabalho (DRT), órgão de controle competente.

100 A política de segurança e saúde ocupacional deve assegurar o atendimento à legislação e às normas técnicas relativas à segurança e saúde no trabalho.

Um operário da construção civil, quando trabalhava em um andaime fachadeiro construído com estruturas metálicas utilizando uma furadeira conectada por uma instalação elétrica precária (gambiarra), sofreu um choque elétrico causado pelo contato acidental entre as partes vivas da fiação e o andaime fachadeiro. Um eletricitista, capacitado e autorizado pela empresa a trabalhar em instalações elétricas, ao tentar tirar a vítima do local do acidente, também sofreu o choque elétrico.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 101** A imperícia do operário que não tinha experiência em trabalhos que envolvessem energia elétrica foi um dos fatores que contribuiu para que sofresse choque elétrico.
- 102** Um dos fatores que contribuiu para a ocorrência do primeiro choque elétrico foi a imprudência dos responsáveis pela empresa contratante, caracterizada pela falta de observância das medidas de precaução e segurança necessárias às instalações elétricas no canteiro de obras.
- 103** A ocorrência do segundo choque elétrico deveu-se, entre outros motivos, à imprudência do eletricitista, que não tomou as medidas de precaução e segurança necessárias à ação de salvamento, como, por exemplo, desligar a energia no quadro elétrico.
- 104** Caso o eletricitista não tentasse salvar o operário, seu ato de omissão voluntária poderia ser classificado tanto como negligência quanto como ato ilícito doloso.
- 105** O eletricitista pode ser considerado capacitado apenas se tiver recebido treinamento orientado por outro profissional capacitado e autorizado.
- 106** A capacitação do eletricitista, desde que atendidas as condições estabelecidas pelo responsável, é válida para que ele possa realizar suas funções como contratado em outra empresa.
- 107** Caso o canteiro de obras conte com mais de vinte operários, a empresa deve realizar a capacitação dos eletricitistas, conforme previsto no Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT).

Uma empresa privada que possui quinhentos funcionários no setor de fabricação de esquadrias de madeira está classificada com o grau de risco 4 pela Norma Regulamentadora 4 (NR 4), que dispõe sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Neste ano, a diretoria da empresa decidiu mudar seu ramo de atividades e trabalhar somente com a fabricação de embalagens de madeira, classificada como atividade de grau de risco 3 pela mesma NR 4. A partir dessa nova realidade, o SESMT da empresa, que contava com um engenheiro de segurança do trabalho e um médico do trabalho, ambos exercendo a função em tempo parcial, passou a contar com apenas dois técnicos de segurança do trabalho.

Com relação à situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 108** A alteração na gradação de riscos de 4 para 3 sempre implica o redimensionamento do SESMT de qualquer empresa, independentemente do número de funcionários que nela trabalham.

109 A mudança do grau de risco de 4 para 3 demonstra o aumento nos riscos associados às novas atividades da empresa.

110 Na situação em que se encontrava a empresa, quando contava com um engenheiro de segurança de trabalho e um médico do trabalho, a coordenação do SESMT não poderia ter sido exercida por um técnico de segurança do trabalho.

111 Como o seu regime de trabalho era de tempo parcial, o médico do trabalho poderia ter dedicado apenas três horas por dia às atividades do SESMT.

112 Os técnicos de segurança do trabalho devem, obrigatoriamente, dedicar oito horas de trabalho por dia às atividades do SESMT.

113 O engenheiro de segurança do trabalho poderia ter exercido outra atividade na empresa fora do seu horário de atuação no SESMT, sem que isso caracterizasse desvio de função.

114 Conforme a NR4, o SESMT pode transferir aos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) a responsabilidade de registrar os dados de acidentes e doenças ocupacionais e agentes de insalubridade.

Considere que uma empresa que realiza atividades de limpeza em prédios e domicílios está agrupada como C-30 no setor de locação de mão-de-obra e limpeza pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Considere, ainda, que tal empresa conta com dois mil funcionários e mantém uma CIPA com oito membros titulares e sete membros suplentes, de acordo com o Quadro I da NR 5. Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

115 Se a empresa mudar o seu ramo de atividades, mantiver o seu quadro de funcionários e ainda continuar agrupada como C-30, não será necessário redimensionar a CIPA.

116 Caso a empresa modifique as suas atividades de maneira que o grau de risco seja alterado, a CIPA deverá ser, obrigatoriamente, redimensionada.

117 Os membros titulares da CIPA são eleitos pelos empregados, e os membros suplentes são indicados pelo empregador.

118 Os representantes do empregador na CIPA podem exercer, no máximo, dois mandatos.

119 Cabe ao empregador designar o presidente da CIPA entre os seus representantes.

120 Um membro eleito para integrar a CIPA não pode ser demitido da empresa após o registro de sua candidatura e até um ano após o final de seu mandato.

Considere que uma empresa do ramo do comércio atacadista de mercadorias em geral seja autuada pela DRT por não manter um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em seu estabelecimento. Considere, também, que a referida empresa contrate um engenheiro de segurança do trabalho para elaborar as etapas iniciais do PPRA: antecipação e reconhecimento dos riscos, estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle, avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores e implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia. Em face dessas considerações, julgue os itens a seguir.

- 121** A DRT também emitiria autuação caso a empresa mantivesse um PPRA que não tivesse sido elaborado por um profissional legalmente habilitado na área de segurança do trabalho ou medicina do trabalho.
- 122** A antecipação de riscos é a etapa do PPRA que gera a maior redução de acidentes de trabalho, visto que, nessa etapa, é realizada a análise dos acidentes já ocorridos na empresa e contemplado o programa de capacitação dos funcionários.
- 123** A etapa de reconhecimento de riscos do PPRA deverá conter a descrição das medidas de controle já existentes na empresa.
- 124** A etapa de avaliação dos riscos do PPRA deve ser subdividida em avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.
- 125** Na etapa de implantação de medidas de controle, deve ser priorizada, sempre que possível, a utilização de equipamento de proteção individual (EPI).
- 126** Para a utilização do EPI no âmbito do PPRA, devem ser estabelecidas normas ou procedimentos que promovam o fornecimento, o uso, a guarda, a higienização, a conservação, a manutenção e a reposição do equipamento.
- 127** O limite de tolerância estabelecido pela NR 9 é o valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições ultrapassem os limites estabelecidos.
- 128** O responsável pelo monitoramento ambiental previsto no PPRA pode utilizar o conceito de grupo homogêneo de exposição (GHE) para referir-se a um grupo de trabalhadores que exerçam determinada atividade comum e se encontrem expostos aos mesmos agentes ambientais.
- 129** Os equipamentos utilizados para realizar a avaliação ambiental quantitativa devem ter certificado de calibração válido, emitido por um laboratório que pertença à Rede Nacional de Calibração e reconhecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).
- 130** No PPRA, na etapa de avaliação quantitativa, devem ser considerados a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).

Uma empresa do ramo de abate de reses e preparação de produtos de carne contratou um médico do trabalho para elaborar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) de seus estabelecimentos. O referido médico implantou, inicialmente, um cronograma de realização de exames médicos para a atualização dos registros da empresa. Entre esses exames, incluem-se os admissionais, os periódicos, os de retorno ao trabalho, os de mudança de função e os demissionais.

Em relação a essa situação, julgue os itens a seguir.

- 131** A coordenação do PCMSO deve ser realizada, obrigatoriamente, por médico do trabalho.
- 132** Todos os exames previstos no PCMSO devem compreender uma avaliação clínica, com anamnese ocupacional e exame físico e mental, e a realização de exames complementares, conforme especifica a NR 7.
- 133** O exame médico admissional, previsto no PCMSO, deve ser realizado antes que o trabalhador assuma as suas atividades.
- 134** O exame médico de mudança de função, previsto no PCMSO, deve ser realizado, obrigatoriamente, antes da data da mudança.
- 135** O atestado de saúde ocupacional (ASO) deve ser emitido para cada exame realizado e conter a definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador irá exercer, exerce ou exerceu.
- 136** Os dados obtidos nos exames médicos devem ser registrados em prontuário clínico individual e mantidos por um período mínimo de vinte anos após a data de realização do exame.
- 137** O médico coordenador do PCMSO deve emitir a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) quando for constatada doença profissional, após realizados os exames médicos previstos.
- 138** Independentemente do resultado dos exames médicos, os funcionários que manipulam as carcaças de animais abatidos têm direito a receber adicional de insalubridade de grau médio.
- 139** Os trabalhadores da empresa que realizam a atividade de limpeza dos banheiros têm direito a receber adicional de insalubridade de grau máximo, independentemente da realização de exames médicos.
- 140** As atividades que exigem o contato do trabalhador com resíduos de animais, como vísceras, sangue, ossos ou couro, podem ser exercidas por menores de dezoito anos de idade somente em locais sob controle sanitário diário.
- 141** O PCMSO deve considerar os resultados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa, principalmente os referentes às etapas de reconhecimento e avaliação de riscos.

Uma empresa do ramo de intermediação monetária — banco comercial — tem registrado reclamações de seus funcionários quanto às condições ergonômicas de seus postos de trabalho. Tais postos de trabalho conseguem acomodar apenas 60% dos empregados de forma adequada às suas dimensões e a ocorrência de afastamentos por distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) tem-se elevado drasticamente nos últimos anos. Por esse motivo, a empresa decidiu contratar uma consultoria especializada com o objetivo de melhorar as condições de trabalho de seus empregados.

Em relação à situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 142** Após ter sido analisado que determinada atividade pode ser executada de pé, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.
- 143** Quando há acomodação de 100% dos empregados, os postos de trabalho podem ser considerados adequados às dimensões de uma população.
- 144** Para adequação dos postos de trabalho, o campo de visão dos trabalhadores deve ser dimensionado com uma amplitude de 45 graus para cima e para baixo, a partir da linha dos olhos.

145 Para atividades realizadas em posturas sentadas, é obrigatória a disponibilidade de suporte para os pés que se adapte ao comprimento das pernas do trabalhador.

146 A iluminação inadequada nos postos de trabalho pode gerar danos à visão dos trabalhadores do local, mas não lhes confere a possibilidade de receberem o adicional de insalubridade.

147 A empresa deve fornecer suporte adequado para documentos a ser utilizado nos postos de trabalho cujas atividades envolvam leitura de documentos para digitação.

148 No que se refere a equipamentos utilizados para processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo, a distância olho-documento deve ser, no máximo, 50% maior que as distâncias olho-tela e olho-teclado.

149 O conforto térmico nos ambientes de trabalho deve ser avaliado com base no índice de bulbo úmido e no termômetro de globo (IBUTG).

150 Os afastamentos por DORT não podem ser considerados acidentes do trabalho, já que tais distúrbios ainda não são reconhecidos como doenças ocupacionais pela previdência social.